

**ARTICULANDO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NO ENSINO SUPERIOR A PARTIR
DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO: experiência do OPP/UFLA em um Quilombo
Urbano**

PEREIRA, Mariana Silva

JESUS, Marlon Franco de

ABREU, Isabela Aparecida

AMÂNCIO, Júlia Moretto

Resumo

O Observatório de Políticas Públicas (OPP) é uma entidade de extensão da Universidade Federal de Lavras (UFLA) que tem como objetivo articular atividades de ensino, pesquisa e extensão a partir de uma perspectiva transdisciplinar e intersetorial. Uma das frentes do OPP é o Observatório de Urbanidades (O.Urbs), que além da articulação da extensão, também interage com poderes públicos, auxiliando no desenvolvimento de trabalhos com a comunidade local de Lavras-MG na Rua Alfredo Marani. Esse território engloba a presença da Associação Sociocultural Castelo de São Jorge, de terreiros de religião de matriz africana e demais manifestações de cultura afro-brasileira. Levando em conta a atuação do OPP nesse espaço urbano, social e cultural, juntamente com a curricularização da extensão, houve a ideia de que o projeto desenvolvido pelo O.Urbs fosse incorporado na disciplina de Políticas Públicas no Brasil ministrada na UFLA e trabalhado por meio de metodologias ativas, no primeiro semestre letivo de 2023. Com isso, esperava-se que a conexão entre ensino, pesquisa e extensão pudesse, de fato, ser vivenciada pelos alunos da disciplina. Dado tal contexto, este trabalho tem como objetivo compartilhar as experiências advindas da articulação desse tripé, com relatos e problematizações acerca do processo de curricularização.

Palavras-chave: Educação superior. Extensão universitária. Políticas públicas. Urbanidades.

Abstract

The Public Policy Observatory (OPP) is an extension entity of the Federal University of Lavras (UFLA) whose objective is to articulate teaching, research and extension activities from a transdisciplinary and intersectoral perspective. One of the fronts of the OPP is the Observatory of Urbanities (O.Urbs), which, in addition to articulating the extension, also interacts with public authorities, helping to develop work with the local community of Lavras-MG on Rua Alfredo Marani. This territory encompasses the presence of the Castelo de São Jorge Sociocultural Association, African religious terreiros and other manifestations of Afro-Brazilian culture. Taking into account the work of the OPP in this urban, social and cultural space, together with the curricularization of the extension, there was the idea that the project developed by the O.Urbs would be incorporated in the discipline of Public Policies in Brazil taught at UFLA and worked through of active methodologies, in the first semester of 2023. With this, it was expected that the connection between teaching, research and extension could, in fact, be experienced by the students of the discipline. Given this context, this work aims to share the experiences arising from the articulation of this tripod, with reports and problematizations about the curricularization process.

Keywords: College education. University extension. Public Policy. Urbanities.

1 INTRODUÇÃO

A partir do curso de Administração Pública da Universidade Federal de Lavras (UFLA), foi criado o Observatório de Políticas Públicas (OPP), uma frente de atuação em extensão que desenvolve uma série de atividades junto à comunidade da cidade de Lavras-MG. A agenda de atuação vai desde trabalhos em escolas públicas até assistências em setores de políticas públicas do município. É dentro desse conjunto de atividades empenhadas pelo OPP, que existe também uma frente de atuação no que tange a transdisciplinaridade entre os campos de Administração Pública, Arquitetura e Urbanismo, Geografia, Direito e Ciências Sociais. Trata-se aqui do Observatório de Urbanidades (O.Urbs) que possui a intenção de abordar diretamente questões que versam a cotidianidade urbana, assim como as políticas públicas voltadas para o urbano. A priori o grupo composto por pesquisadores, graduandos, profissionais e docentes, implementou projetos que visavam a discussão e divulgação de saberes e pesquisas que tangenciavam a produção do espaço urbano e políticas públicas urbanas.

A partir de 2021 os agentes envolvidos no O.Urbs aproximaram-se das atividades desenvolvidas pela Associação Sociocultural Castelo de São Jorge de Nagô (ACSJ), algo que propiciou para o grupo atuar diretamente em atividades e demandas cotidianas da comunidade local. Em um primeiro momento o O.Urbs, junto com o presidente da Associação e também membro do OPP/O.Urbs, através de reuniões e visitas à sede da ACSJ, percebeu uma série de demandas de múltiplas dimensões. Tornou-se evidente que havia uma trama de demandas interligando diversas questões sociais, planejamento urbano, poder público, patrimônio e memória local, todas buscando melhorar as condições tanto da comunidade local como das atividades da associação. Essas demandas abrangiam questões estruturais e jurídicas, mas todas elas marcadas pela dimensão territorial e simbólica.

As ações e expressões da ACSJ se constituíam pela e na rua, um elemento espacial importante, visto que essa dimensão e escala são uma componente de dinâmica na participação comunitária e imbuídas de significados ambivalentes, ou seja, a rua é nessa comunidade memória e símbolo de estigmas sociais de segregação e preconceitos. Trata-se de uma porção da Rua Alfredo Marani. Essa localidade é uma via que alcança em média 1km dentro do bairro Cruzeiro do Sul, situada na cidade de Lavras-MG. Ela possui uma importância dentro das hierarquias viárias, visto que é uma via de acesso à malha urbana central da cidade. Em seu percurso, a rua Alfredo Marani possui morfologias, ocupações e usos diversos. O trecho ou área onde são desenvolvidas as atividades da ACSJ estão na parte final de toda sua extensão.

Figura 1: extensão da rua Alfredo Marani e indicação da localização da ACSJ



Fonte: Google Maps, 2023 (com alterações dos autores)

Historicamente essa parte da rua Alfredo Marani foi tratada como rua do Charco, e de acordo com os moradores, charco normalmente são áreas pantanosas e de brejos e ao se referir a essa localidade dessa forma, há uma intencionalidade de preconceito geográfico, sendo assim um tratamento excludente com os moradores dessa porção da rua e da cidade. Portanto, a localidade referida concentra em seu histórico camadas de preconceitos geográficos e de segregação socioespacial.

A segregação - tanto social quanto espacial - é uma característica importante das cidades. As regras que organizam o espaço urbano são basicamente padrões de diferenciação social e de separação. Essas regras variam cultural e historicamente, revelam os princípios que estruturam a vida pública e indicam como. Os grupos sociais se inter-relacionam no espaço da cidade (CALDEIRA, 2003, p. 211).

O bairro Cruzeiro do Sul, apesar de hoje não poder mais se configurar como um bairro às margens da malha urbana, dado o crescimento do território da cidade, durante muito tempo era tido como uma localidade periférica. É um bairro atravessado por memórias da população preta e parda de Lavras. É nesse bairro, onde no período colonial se açoitavam os escravos e, no século XX foi um bairro que recebeu um expressivo número de famílias pretas e pardas do município. Em síntese o que se observa é que a comunidade em que a Associação está inserida, se desenvolveu às margens da centralidade urbana local, mas apesar da segregação socioespacial e preconceitos socioculturais, criaram-se outras dimensões de vivência e reprodução dos sentidos comunitários, possibilitando uma série de participações e protagonismos sociais dos moradores locais.

Paralela à vivência do O.Urbs na rua Alfredo Marani, surge recentemente a proposta de curricularização da extensão, onde os alunos do ensino superior brasileiro passam a ter a oportunidade de experienciar na prática as teorias aprendidas na sala de aula. Propõe-se então, neste artigo, os relatos e análises da primeira experiência da Prof. Dra. Júlia Moretto Amâncio e de colaboradores do O.Urbs em sala de aula, trazendo a temática da rua, do Plano Diretor Participativo, do direito à cidade, dentre outros.

Portanto, este artigo está dividido em três capítulos. O primeiro traz a dimensão local da população da rua Alfredo Marani, as articulações que eles traçaram nos últimos anos nas três esferas: articulação com os próprios moradores, com a universidade e com os poderes públicos. No segundo capítulo é apresentado com mais profundidade as experiências que o observatório possui na rua. Por fim, o terceiro capítulo aborda a curricularização da extensão, o significado e proposta do termo, a experiência vivida na disciplina, desdobramentos entre a expectativa vs. realidade e demais proposições.

2 DIMENSÃO LOCAL

A ACSJ tem sido uma das mais proponentes no que tange as atividades de cunho cultural, educacional e artístico na comunidade. Ela é um projeto que deriva de uma das comunidades religiosas de matriz africana, ainda em atividade no local, o Terreiro de Umbanda Castelo de São Jorge de Nagô.

Figura 2: Castelo de São Jorge Nagô



Fonte: Acervo OPP, 2022.

Além da Associação, o Terreiro também cuida da Capela de São Benedito e das festividades e encontros do congado, folia de reis e festa no dia de Ogum/São Jorge.

Figura 3: Dia de Ogum/São Jorge



Fonte: Acervo OPP, 2023.

Já na sede da ACSJ, são abrigados ainda a Escola de Capoeira Angola Nia Castelo Nagô Pamoja Kitamaduni e o grupo de maracatu Baque do Morro. Atualmente além desse terreiro citado, existem dois outros terreiros de religião de matriz africana, sendo que segundo os relatos dos moradores, a comunidade chegou a abrigar ao menos nove terreiros. A memória e cultura de matriz africana é muito presente na comunidade, por isso, atualmente a ACSJ tem se empenhado em desenvolver e ser reconhecida como um quilombo urbano, no caso Quilombo Urbano São Benedito.

Figura 4: Associação Sócio Cultural



Fonte: Acervo OPP, 2022.

Em uma das reuniões feitas com os membros da Associação, uma das solicitações feitas ao O-Urbs tratava-se da quilombização¹ de todo o complexo (Terreiro, sede da associação, capela e rua). De acordo com os relatos, a agregação dessa conceituação e também o imaginário possibilitaria constituir com mais profundidade um sentimento de pertencimento e preservação das culturas de matriz afro e afro-brasileiras. A perspectiva era também, a partir dessa “titularidade”, poderem concorrer como categoria em alguns editais de esfera estadual para obter incentivos e financiamentos para as atividades da Associação.

As comunidades quilombolas “se autodefinem, cultural e historicamente, a partir das relações com a terra e o território ocupados, com as raízes africanas, e, por conseguinte, com tradições e costumes próprios” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014). Apesar de não haver registros históricos de que a localidade dessa comunidade seja derivada de uma aglomeração quilombola, ainda assim, ao pautarem essa dimensão de território, a comunidade está se afirmando enquanto uma localidade atravessada pelas práticas culturais, simbólicas e ancestrais da cultura afro-brasileira. Além disso, enquanto uma comunidade com dispositivos auto-organizativos, entendem-se como uma localidade de resistência diante do contexto de segregação socioespacial em relação com a malha urbana.

“Aquilombar-se” tem se tornado um termo popular entre grupos negros engajados na ideia de resistência da cultura negra brasileira. Para esses grupos, “quilombo” é uma importante tecnologia social de resistência que promove o “estar junto” para ampliar e potencializar saberes, cultura, identidade e histórias ancestrais. Aquilombar-se é, para os negros, um jeito de ser no mundo” (BATISTA, 2019, p. 399).

É observável, então, a existência de uma auto-organização da comunidade dessa porção da Rua Alfredo Marani com demais entes da sociedade. A Associação auxilia na comunicação e coesão interna da comunidade agindo sobre ela enquanto lugar e território. Nesse sentido, a leitura sobre o território é diferente da leitura sobre o lugar. O conceito de lugar destaca-se não pela dimensão do poder, como ocorre com o conceito de território, mas sim pela dimensão cultural simbólica. Assim, aborda questões de identidades, intersubjetividade e trocas simbólicas na construção de significados dos lugares enquanto espaços vividos e percebidos (SOUZA, 2022). Enquanto atuação no e pelo território, a ACSJ

¹ O termo ‘quilombização’ aqui referido, não está atrelado a uma compreensão conceitual do termo. O emprego desse termo refere-se à nomeação própria que os agentes da ACSJ tratavam ao se referir do processo de constituição e emprego das simbologias e nomeação do perímetro como um quilombo urbano. O termo é sensível as dimensões de constituição, da própria comunidade, em se identificar e se reconhecer como sujeitos e espaço de resistência social atrelada ao imaginário, memória, pertencimento e historicidade afrodescendente.

atua como uma referência e ponte de articulação do território com o poder público e com a Universidade. Todos os três níveis de articulação apresentados aqui: da comunidade com ela mesma, com o poder público e com a Universidade, impactam no acesso às políticas públicas e, por conseguinte, à formação do espaço urbano, que é

entendido como o conjunto relacionado (e socialmente construído) de vizinhanças, contiguidades, distâncias e fluxos criados e recriados pelos atores do urbano, assim como os significados que dão sentido a esses atores. Dessa forma, o espaço define e constitui as disputas políticas, as instituições, a operação dos governos e a política eleitoral nas cidades (MARQUES, 2017, p. 3).

Além dessa comunicação interna na rua onde está inserida, atualmente a ACSJ tem conseguido promover importantes diálogos com atores do poder público em nível estadual e municipal. No âmbito do poder legislativo os diálogos e projetos conjuntos têm se dado com a deputada Andreia de Jesus, a qual já destinou verbas para as atividades da ACSJ e realiza constantes visitas ao local. Ainda com representantes do poder legislativo, os diálogos são constantes com a vereadora de Lavras, Rose de Oliveira. O poder executivo local também tem destinado atenção e intenções para a comunidade. O que se observa é que a partir dessa relação de busca por diálogo com poderes instituídos, os agentes sociais envolvidos passam a protagonizar espaços de debate e também de produção do espaço urbano, uma constituição direta do Direito à cidade.

o direito à cidade inclui o direito à participação da sociedade organizada na gestão e na administração municipal, ou seja, é inviável avançar na construção de um modelo mais justo e democrático de cidade sem democratizar o aparelho burocrático estatal que toma as decisões referentes aos investimentos e à alocação de recursos no território urbano (TRINDADE, p. 151, 2012).

Outro meio de articulação estabelecido pela ACSJ, foi a parceria com projetos de extensão da Universidade Federal de Lavras (no caso dessa pesquisa, com o O.Urbs – OPP). A associação comunica algumas demandas com o Projeto de extensão e esses buscam compreender a melhor forma de agir para auxiliar na resolução. Esse é um importante papel da Universidade, conversar com a comunidade externa e buscar ações e soluções para os

mais diversos problemas enfrentados pela sociedade (principalmente no espaço onde a Universidade está inserida). Assim, a relação entre a universidade e a Associação é benéfica uma vez que buscam melhorias para determinada localidade. A Associação se articula e representa os interesses da comunidade e a Universidade exerce seu papel de “compromisso social” (FAGUNDES, 1986). A Universidade, por meio da extensão, busca compreender os gargalos que a Associação e a comunidade enfrentam e auxiliam a pensar formas de solucioná-los.

A extensão universitária se destina a dilatar os benefícios da atmosfera universitária àqueles que não se encontravam diretamente associados a vida da universidade, dando assim maior amplitude e mais longa ressonância; às atividades universitárias que concorrerão de modo eficaz para elevar o nível cultural geral do povo (VILLAR, 2011, p.42).

Existe uma série de complexidades para que seja possível o acesso de comunidades em situação de vulnerabilidade socioeconômica às políticas públicas. No caso da comunidade da Rua Alfredo Marani, a estratégia da Associação tem se mostrado relevante no contato com demais entes da sociedade. Sobre a existência da Associação, Bichir (2009, p.86) entende que esse arranjo “pode representar uma *próxi* do potencial de mobilização dessa população”. É notório o resultado dessa organização social, por exemplo, por meio da parceria entre a Associação e a Universidade. Assim, a comunidade organizada, nesse caso, por meio da Associação, busca alcançar seus direitos, dignidade e fortalecer o papel da cidadania dos moradores da localidade.

Afirmar a cidadania como estratégia significa enfatizar o seu caráter de construção histórica, definida, portanto, por interesses concretos e práticas concretas de luta e pela sua contínua transformação. Significa dizer que não há uma essência única imanente ao conceito de cidadania, que o seu conteúdo e seu significado não são universais, não estão definidos e delimitados previamente, mas respondem à dinâmica dos conflitos reais, tais como vividos pela sociedade num determinado momento histórico. Esse conteúdo e significado, portanto, serão sempre definidos pela luta política (BICHIR, 2009, p 105).

Afirmar a cidadania é também agir para um Estado mais democrático, ou seja, “Compreender os movimentos sociais, atores coletivos e individuais é democratizar o Estado para além da democracia representativa, demasiadamente limitada para atender a coletividade complexa e híbrida que constitui esses atores e suas formas de atuação” (ABREU E AMÂNCIO, 2017, p.67). A Universidade, por sua vez, pode atuar auxiliando nas questões técnicas e informativas para que a Associação tenha maior igualdade no acesso à participação (ABREU E AMÂNCIO, 2017).

É perceptível, então, que a organização e a ação da comunidade, por meio da Associação, se fazem presentes na busca de negociações das suas demandas diretamente com o poder público e por meio da Universidade, visando a ampliação do acesso às políticas públicas e direitos. Tais relações podem ser compreendidas pela política do urbano, que são “as ações, as negociações, as alianças e os conflitos acerca das políticas públicas urbanas e do poder das (e nas) instituições políticas da cidade, assim como as próprias instituições” (MARQUES, 2017, p.2). Assim, a Associação se torna mais vista e ouvida pelo poder público, reivindicando seus direitos à dignidade, cidadania e ao acesso à serviços de obrigação do Estado. Com base nisso, o Estado opera de forma mais certa nas demandas e nas políticas públicas urbanas, que “incluem, em especial, as ações do Estado que incidem sobre o tecido urbano, seus territórios e a vida urbana” (MARQUES, 2017, p.2).

3 IMERSÃO E PRÁXIS

Os primeiros vínculos entre o O.Urbs/OPP e a ACSJ se deu por parte do observatório, que teve pedidos de auxílio solicitadas pela Associação, e buscou aproximação para compreender melhor a dinâmica e demandas. O estreitamento dos laços se deu quando Emerson Ferreira, o Presidente da Associação, se tornou membro também do O.Urbs. Após isso, Isabela Abreu, a segunda secretária da Associação e também já membro do OPP, se vinculou ao O.Urbs para atuar nessa ponte de contato.

As demandas apresentadas pela ACSJ, em um primeiro momento, foram: 1) análise e proposição de um equipamento público para atender às festividades, 2) a produção de um senso para compreender o território e 3) a busca de mais informações legais sobre tombamentos e a possibilidade de se tornar um quilombo urbano.

Em relação à primeira demanda, foi constatado que o O.Urbs e a ACSJ solicitaram para a vereadora Rose Oliveira que ela realizasse uma ponte de comunicação entre o Projeto de Extensão, a ACSJ e a Prefeitura de Lavras, incluindo as secretarias de cultura e urbanismo.

Ainda em relação à primeira demanda e com o adicional da segunda, ficou estabelecido que o observatório realizaria um estudo mais aprofundado sobre o contexto e o território para então propor um projeto com a finalidade de detalhar a produção de equipamentos públicos que pudessem auxiliar nas festividades e atividades que já ocorrem na comunidade. Posteriormente, foi vista em tal demanda a oportunidade de ser aplicada ao processo de curricularização no projeto de extensão aqui abordado.

Além disso, esse mapeamento e estudo serviriam de suporte pois, a partir da leitura das demandas e comportamentos da comunidade, seria possível constituir bases para um projeto arquitetônico de equipamentos públicos. Também foi traçado a possibilidade de se produzir uma proposta projetual que utilizaria uma área e edificação já existente na comunidade, no caso uma antiga edificação que abrigava o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Cruzeiro do Sul, além também de um estudo de impacto de vizinhança (EIV).

Já no que diz respeito à terceira demanda, a intenção foi identificar possibilidades e opções de reconhecimento e valorização da comunidade. Em abril de 2022, houve uma reunião entre o O.Urbs e a ACSJ, em que foi dialogado sobre a possibilidade de reconhecimento do quilombo em nível federal e estadual. Essa demanda foi narrada como uma possibilidade para que a Associação conseguisse pleitear editais de incentivo, e essa possibilidade havia sido ventilada em reuniões entre a Associação e representantes do poder legislativo estadual. Dessa forma, foi proposto que o observatório buscasse estudar os meios legais e teóricos sobre tal processo para enviar o pedido de reconhecimento. Devido às questões de agendas esta ação ainda permanece inconclusa. Destaca-se aqui que o reconhecimento enquanto quilombo em nível municipal já havia sido alcançado por meio de iniciativas da ACSJ em parceria com a Vereadora Rose Oliveira, em dezembro de 2021, quando foi entregue a Honra ao Mérito ao Quilombo Urbano São Benedito e, como fruto disso, o reconhecimento enquanto quilombo urbano.

O O-Urbs realizou ao menos uma visita técnica para levantamento e reconhecimento do conjunto arquitetônico e urbanístico do contorno imediato da comunidade. Essa visita teria uma importância crucial no desenvolvimento dos projetos propostos na reunião com o poder executivo e ASCJ. Nessa visita os arquitetos e urbanistas membros do O.Urbs percorreram todas as mediações e visitaram alguns pontos elencados na reunião citada.

O que se evidenciou é que o perímetro tratado possui ao menos três pontos de centralidades em seu percurso, sendo o principal o espaço defronte a ASCJ. Nessa parte da rua, por serem os locais da Capela, do Terreiro e da Associação, a centralidade ganha mais força por ser um espaço público em que se reúne e permanece um maior número de pessoas,

e principalmente, crianças vinculadas às atividades da ASCJ. Apesar dos outros dois pontos também possuírem uma concentração e vocação para uma centralidade de atividades, concluiu-se que o espaço imediato à ASCJ, por ter um maior número de atividades e presenças, era o local ideal para se pensar e planejar aparelhos públicos que pudessem auxiliar nessas atividades que mais envolvem a comunidade.

Além de concentrar essas atividades, é também a partir desses três espaços Terreiro, Capela e Associação que simbologias, liturgias e imaginários ligados à ancestralidade afro ganham maior peso na comunidade. As cores, os símbolos e as festividades conotam essa identidade e imaginário de Quilombo. As práticas que os membros do O.Urbs desenvolveram por meio das experiências e imersões, foram em grande parte analisadas à luz da compreensão de que o espaço e a realidade tratados e agenciados pelas ações da ASCJ não pode ser considerados meramente como um fenômeno de caráter "natural" ou "cultural", tampouco um vão; ao contrário, ele é interpretado como um desfecho que exerce uma função dinâmica na própria criação.

Por isso busca-se ler essa espacialidade, a partir da tríade espaço vivido, espaço concebido e espaço percebido de Henri Lefebvre. Enquanto espaço vivido, pelas atividades e cotidianidade da comunidade e das ações da ASCJ, percebe-se a produção e reprodução do espaço, o que assegura uma coesão relativa. No que tange ao espaço concebido, compreende-se a formação e ordenamento legal dado ao perímetro. O seu contexto de lugar periférico é compreendido como uma intencionalidade da produção oficial da cidade. E por fim, enquanto espaço percebido, compreende-se toda a dimensão simbólica, imagética e de memória que está atrelada às práticas culturais, identitárias e religiosas expressas na cotidianidade local.

Para Lefebvre, a estrutura do espaço organizado não é uma estrutura autônoma com suas próprias leis de funcionamento e transformação, nem tampouco uma mera expressão da estrutura de classes emergindo das relações de produção. Ela é um componente, dialeticamente definido, das relações gerais de produção, que são simultaneamente sociais e espaciais. Entretanto, as relações (espaciais) de produção não são dissociadas das relações (sociais de produção), mas sim dialeticamente inseparáveis, num materialismo histórico-geográfico. (TONUCCI, 2013. P 42)

Enfim, é salutar apontar que as atividades extensivas desenvolvidas pelo O.Urbs, estiveram desde o início como um horizonte de ação. A intencionalidade em não se protagonizar nas imersões, análises e práticas como um corpo técnico acadêmico dotado de um “saber”, que se estende até uma fração da sociedade e de um determinado espaço social, apontando idealismo e tecnicismos. As práticas culturais e as tecnologias sociais ali desenvolvidas e alcançadas, são resultados das práticas e aprendizados dos agentes, moradores e das entidades (terreiros e associação). Todos os vínculos e diálogos desenvolvidos com camadas do poder público e outras entidades são resultados históricos de empenhos dos agentes e entidades aqui citados. O O.Urbs e seu currículo extensionista objetivaram o tempo todo em ser promotores acionados a partir da ACSJ, e não o contrário.

4 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

A extensão na educação superior brasileira, também conhecida como curricularização da extensão, foi materializada pela Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, do Ministério da Educação. Ela estabelece diretrizes para o fomento da extensão nas instituições de ensino superior no país, fundamentada principalmente pelo art. 214 da Constituição Federal de 1988 – que diz respeito a “[...] assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos [...]” (BRASIL, 1988).

A intenção da curricularização é estimular processos interdisciplinares no âmbito acadêmico, articulando com a pesquisa, o ensino e a sociedade civil. Dessa maneira, o estudante passa a ter uma formação mais integralizada e transformadora. Inicialmente, foi estabelecido que as instituições de ensino teriam até três anos para se adequarem, a partir da data da resolução. Entretanto, devido à pandemia da COVID-19, logo em 2020 o prazo foi estendido em um ano, passando a entrar em vigor a partir de dezembro de 2022. Portanto, a Universidade Federal de Lavras (UFLA), que iniciou o semestre de 2023/1 no dia 17 de abril de 2023, experimentou pela primeira vez a prática da curricularização.

A disciplina Políticas Públicas no Brasil, ministrada pela Profa. Dra. Júlia Moretto Amâncio, coordenadora do OPP, foi uma das disciplinas da UFLA que se engajou nesta nova orientação metodológica. Inicialmente, foi proposta para a disciplina a metodologia ativa, na forma de *problem based learning* (PBL), onde os alunos teriam a oportunidade de aprender a partir da solução de problemas multidisciplinares e nos debates com a turma, se assemelhando com a vivência profissional.

A materialização de tal metodologia se daria pela análise do Plano Diretor Participativo do município, com a oportunidade de fazer uma leitura e diagnóstico do território. Em seguida

pela visita à rua Alfredo Marani, fazendo levantamentos do território e das demandas da população local, iniciada pelo O.Urbs. Como produto final, seriam criadas propostas baseadas nas legislações municipais e na demanda dos cidadãos. O que fosse produzido no semestre seria apresentado para os alunos do próximo e para as instâncias do poder público municipal que já dialogam com a rua, para que houvesse continuidade no projeto e não repetição do que já foi feito em uma próxima disciplina.

Entretanto, ao longo do semestre, que se encerrou em 28 de julho, algumas dificuldades foram enfrentadas, de modo que o planejamento inicial foi parcialmente cumprido. Será descrito a seguir o que foi executado e o que não foi possível, demonstrando a diferença entre a expectativa e a realidade.

A princípio, a disciplina propunha apresentar aos alunos a cronologia das políticas públicas no Brasil, perpassando também pelos tópicos de direitos civis/políticos/sociais e o Estado de Bem-Estar Social. Paralelo a essa introdução, eles foram apresentados à proposta da curricularização, com uma palestra expondo as temáticas acerca da rua Alfredo Marani e do Plano Diretor Participativo (PDP) de Lavras.

Tal exposição foi apresentada pela arquiteta urbanista M.a Mariana Pereira e pela administradora pública Stella Silveira. Além da contextualização do local, foram apresentados os levantamentos já feitos (histórico, cultural, de infraestrutura, de legislação urbana, de áreas ambientais) e as demandas ainda pendentes: os questionários com os moradores, a discussão sobre planejamento participativo e a proposta para o CRAS. Como nenhum dos alunos possuía um conhecimento aprofundado sobre o PDP, foi explicado o que é o instrumento, sua importância e função, bem como as problemáticas encontradas no PDP de Lavras e nos levantamentos realizados pelo O.Urbs. As três principais foram: o zoneamento (toda a região que circunda a rua está em zona mista, exceto a rua que é considerada zona especial de interesse social, por qual motivo?); os equipamentos de infraestrutura urbana que aparecem nos mapas, mas não cumprem o papel ao qual foram criados (como a área de esportes que é uma mata abandonada e a praça que nada mais é que uma rotatória no início da extensão, longe da associação); o processo de gentrificação com o surgimento de novos bairros, com casas mais sofisticadas (há infraestrutura para todos?).

Os aspectos até então realizados, se deram num ritmo mais desacelerado, de acordo com a demanda da turma. Apesar das aulas presenciais já terem sido retomadas há um ano, percebe-se a dificuldade dos alunos a se habitarem a uma nova vivência acadêmica, diferente das aulas remotas, as quais eles iniciaram ao ingressar na UFLA, durante a pandemia do COVID-19. Outra questão que também pode ter contribuído para essa desaceleração, diz respeito à disciplina ser ofertada no curso noturno. A realidade dos

estudantes da noite costuma ser de pessoas que trabalham durante o horário comercial, e/ou advindos de outras cidades da região apenas para acompanhar as disciplinas. Portanto, estão habituados a um ritmo diferente dos cursos integrais, sem a necessidade de se dispor em outros horários e fora da universidade.

Essa desaceleração do conteúdo acabou atrasando o segundo momento da disciplina, na qual os alunos seriam introduzidos aos temas diretamente relacionados ao planejamento urbano que os auxiliassem a entender as demandas e problemáticas vividas na rua Alfredo Marani. Ainda assim, eles conseguiram ter contato com os temas de Direito à Cidade (Lefebvre), apropriado em termos do conceito em si, mas também da trajetória da urbanização no Brasil, retomando os temas vistos na primeira parte da disciplina e correlacionando com o contexto histórico das políticas públicas no Brasil. Foi possível ainda explorar a dinâmica e a importância da pauta da Reforma Urbana no Brasil, sua inserção na Constituição de 1988, os desdobramentos para a formulação do Estatuto da Cidade e de suas ferramentas de operacionalização. Por fim, abordou-se em sala de aula a importância do Plano Diretor como ferramenta de planejamento urbano, os impactos desse planejamento para as realidades vivenciadas e o sentido da participação popular no PDP por meio da leitura comunitária. Esse conteúdo foi sendo sempre articulado com exemplos concretos a partir da cidade onde a Universidade se situa e as cidades do entorno. E como estratégia de fixação do conteúdo e aproximação da realidade, foram propostas atividades correlatas, sempre relacionando teoria e prática.

Foi proposto como atividade avaliativa de fechamento da disciplina uma comparação entre o Plano Nacional de Habitação e as consequências desse plano no município de Lavras, em termos de implementação e desafios para essa concretização. Ou, como possibilidade de escolha, uma reflexão a partir do Plano Nacional de Mobilidade Urbana, tendo em vista que o município elaborou recentemente um Plano Municipal no setor. Espera-se que a partir dessa proposta de atividade de finalização de conteúdo seja possível retomar algum sentido de correlação entre a teoria que foi possível se aprofundar na disciplina e os problemas práticos enfrentados na gestão pública do município onde a maioria dos estudantes habita ou pelo menos circula cotidianamente para ter acesso à Universidade.

O que não foi possível de ser realizado no segundo momento da disciplina, devido ao atraso dos conteúdos, foi a parte prática de interação com a comunidade da rua Alfredo Marani e os estudos de zoneamento e gentrificação, que ajudariam a entender questões da rua e do PDP. Infelizmente, o cerne da disciplina ao qual os alunos se prepararam ao longo do semestre não foi realizado, entretanto, esse é um ponto de atenção importante em relação à curricularização da extensão: em que medida é viável e produtivo antecipar conteúdos, sendo

que as turmas não possuem um amadurecimento quanto aos aspectos prévios, em termos de conteúdo e ferramental crítico, para o entendimento e a intervenção em uma dada realidade “concreta”?

Aqui, chama-se a atenção para um risco colocado pela ansiedade em torno da curricularização da extensão que possa continuar a reproduzir uma forma de extensão historicamente praticada nas Universidades de forma acrítica, apressada, que tende a se colocar diante de comunidades e realidades a partir de formas de atuação meramente assistencialistas e pouco transformadoras. É preciso olhar com cautela para uma experiência extramuros à Universidade feita a qualquer custo e “fetichizadora” de um contato com uma realidade material que teria poucas possibilidades em termos de reconstrução crítica do que está sendo apreendido no “exterior” e ainda assistencialista do ponto de vista de alguma intervenção social que estaria sendo feita sem o devido cuidado e preparação prévia, ou ainda, sem as devidas leituras críticas, teóricas ou contextuais.

Pode-se dizer que apesar de incentivada pelo governo, a falta do estabelecimento de metodologias na lei a serem aplicadas na prática, aliada a alunos desacostumados à aula presencial depois de dois anos de pandemia do COVID-19 e advindos da realidade do curso noturno, dificultaram bastante a implementação da curricularização.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No mundo acadêmico, tem-se, em sua maioria, que as publicações devem ser feitas quando os resultados alcançados por determinado experimento são satisfatórios. Todavia, o aprendizado, análises e reflexões acontecem independente do resultado, como foi possível observar ao longo deste artigo. Há muito o que aprender e refletir por meio das perguntas, das dúvidas e dos gargalos.

O grupo compreendeu que o processo de desenvolvimento da curricularização se iniciou com expectativas baseadas na articulação que o O.Urbs já possuía com a ACSJ. Dessa forma, seria necessário estender essas articulações para os alunos da disciplina, de forma que eles pudessem imergir no contexto e, de fato, ser possível aplicar a curricularização. Entretanto, essa primeira tentativa não sucedeu como o esperado, já que a curricularização não foi consubstanciada.

Dado tal contexto, notou-se que a iniciativa serviu como exemplo para mapear o processo de desenvolvimento da curricularização e, assim, basear as novas experiências nesse campo, já identificando gargalos e possíveis soluções e caminhos alternativos. Tomando como fato o ineditismo da curricularização, compreende-se que as primeiras

tentativas de sua aplicação tenham um caráter mais de experiência e observação, para fornecer bases e entendimentos para aprimorar o processo de curricularização.

Conclui-se, então, que a curricularização é uma necessidade para as instituições de ensino e para os alunos, e é um compromisso moral e ético para a sociedade e, por isso, sugere-se estudos futuros voltados para o desenvolvimento e implementação de metodologias próprias para a curricularização, que deem maior apoio aos alunos e também aos professores. Nesse contexto, ressalta-se a importância de artigos como este, que identificam e buscam compreender os desafios no processo de curricularização e que vislumbrem e proponham alternativas executáveis.

Além disso, dado o caráter próximo da Extensão com a sociedade, é importante o comprometimento com este tipo de articulação, já que a universidade vai até a comunidade com propostas de ações de melhorias e, dado isso, a população espera respostas e retornos. É importante que exista esse compromisso social de devolução e articulação entre universidade e sociedade, de maneira respeitosa e horizontal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTA, Paula Carolina. O quilombismo em espaços urbanos - 130 anos após a abolição. *REVISTA EXTRAPRENSA*, v. 12, p. 377, 2019.

BICHIR, Renata Mirandola. Determinantes do acesso à infraestrutura urbana no município de São Paulo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 24, p. 75-89, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/zrLtPZXqn9TKQ7rMVGjixTy/?lang=pt>. Acesso em: 28 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Brasília, 2018. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf Acesso em: 24 mai. 2023

BRASIL. **Parecer CNE/CES nº 498/2020 de 24 de dezembro de 2020**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 dez. 2020. Seção 1, p. 168. Disponível em: <https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2021/12/1.Despacho-de-24-de-dezembro-de-2020-pelo-Ministro-da-Educacao..pdf> Acesso em: 24 mai. 2023

CALDEIRA, T. Peripheral urbanization: Autoconstruction, transversal logics, and politics in cities of the global south. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 35, n. 1, p. 3-20, 2017.

CALDEIRA, Teresa P. R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. 2º ed. São Paulo: Editora 34 – Edusp, 2000.

CÂMARA DOS DEPUTADOS (Brasil). **LEGISLAÇÃO SOBRE COMUNIDADES QUILOMBOLAS**. Centro de Documentação e Informação: Edições Câmara, 2014. Disponível em:

<https://seppirhomologa.c3sl.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/1825/10.%20Legisla%20sobre%20comunidades%20quilombolas.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 jul. 2023.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo, Paz e Terra/Unicamp, 2002.

DE ABREU, Kellen Cristina; AMÂNCIO, Júlia Moretto. NA PERIFERIA TEM GENTE, SIM: UM ESTUDO DE CASO SOBRE ATUAÇÃO DOS BAIRROS NO ACESSO AO PODER PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE LAVRAS-MG. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 8, n. 1, 2017.

FAGUNDES, J. **Universidade e compromisso social**: extensão, limites e perspectivas. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 1986.

KOWARICK, L. A espoliação urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, H. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001. (1968)

MENEZES, Nayara. **Ensino e aprendizagem por meio de metodologias ativas!** IPOG, 2016. Disponível em: <https://blog.ipog.edu.br/educacao/metodologias-ativas/#:~:text=Princ%C3%ADpios%20que%20constituem%20as%20metodologias%20ativas%3A&text=Problematiza%C3%A7%C3%A3o%20da%20realidade%3B,Professor%20como%20mediador%2C%20facilitador> Acesso em: 24 mai. 2023

PETTO, Danielle Souza; NASCIMENTO, Manoel Nelito Matheus. A extensão universitária: contribuições da Universidade Federal de São Carlos/UFSCAR para as relações étnico-raciais. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 18, n. 4, p. 1016-1045, 2018.

SANTOS, Silva Reis dos. **O aprendizado baseado em problemas (problem-based learning – PBL)**. Revista Brasileira de Educação Médica, [s. l.], v. 18, n. 3, set-dez. 1994. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/CMdmWZqGQYY5TNSnpjDyM8F/?lang=pt>. Acesso em: 24 maio 2023.

SOUZA, Marcelo Lopes. Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial. 7° ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2022.

TONUCCI FILHO, João Bosco M. Espaço e território: um debate em torno de conceitos-chave para a geografia crítica. **Revista Espinhaço**, UFVJM, p. 41-51, 2017.

TRINDADE, Thiago Aparecido. Direitos e cidadania: reflexões sobre o direito à cidade. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 139-165, 2012.

VILLAR, A.E.de.V. **Extensão Universitária**: concepções e ações na UFRN, sob a temática direitos humanos e justiça no período de 2008 a 2010. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.